

REUNIÃO DO GT CARREIRA NESTA TERÇA-FEIRA, ÀS 10H, NO ESPAÇO CULTURAL DO SINTUFRJ

# Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVII - Nº 1398

28 de novembro a 4 de dezembro de 2022

www.sintufrj.org.br

**POSSE DE LULA: ASSEMBLEIA APROVA CARAVANA**

Página 3

## GT-ANTIRRACISMO RETORNA NO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Páginas 6 e 7



TERÇA-FEIRA, 22. Um dia de celebração no Espaço Cultural com diversas atividades

## Servidores em busca do salário

Nivaldo Holmes, dirigente da Fasubra e do Sintufrj, relata conversas sobre orçamento em Brasília, acerca de reposição salarial dos servidores. *Página 4*

## Edital de instalação das Reuniões por Local de Trabalho, eleição das Comissões Sindicais de Base e convocação do Conselho de Delegados(as) Sindicais

### ATUALIZAÇÃO DE CALENDÁRIO

A Diretoria Executiva do Sintufrrj torna pública a atualização do calendário do edital, alterando o art. 17 (título IV) conforme abaixo:

a) Inscrição de candidatos(as) a delegado(a) sindical de base por local de trabalho: até 3 de março de 2023.

b) Instalação das Reuniões por Local de Trabalho:  
I. Até 9 de dezembro de 2022, para as demandas já formalizadas pelo formulário no site do Sintufrrj até esta atualização de calendário.  
II. A partir de 6 de março de 2023, para as novas demandas após esta atualização de calendário.

c) Eleições de delegados(as) para as Comissões Sindicais de Base:  
I. Até 16 de dezembro de 2022, para as demandas já formalizadas pelo formulário no site do Sintufrrj até esta atualização de calendário.  
II. A partir de 13 de março de 2023, para as novas demandas após esta atualização de calendário.



O Espaço Saúde representou o Sintufrrj no evento que está sendo realizado pelo Centro de Referência da Mulher e que se estenderá até 9 de dezembro. Foram feitos exercícios de alongamento, ritmos, auriculoterapia, meditação guiada, shiatsu.

**FESTA do Reencontro**  
"CELEBRAÇÃO DA VIDA" 2022

A Festa de Confraternização de Fim de Ano deste 2022 tem um sentido muito especial de reencontro dos trabalhadores da UFRJ. Nos últimos dois anos, período da tragédia da pandemia, o distanciamento social impôs o afastamento de pessoas, num ambiente de vidas perdidas de colegas. Portanto, o nosso encontro de 8 de dezembro tem esse sentido de celebração da vida.

**8 DE DEZEMBRO**

**Atenção, alterações:**  
Horário da festa: das 12h às 19h.  
Saída dos ônibus do Fundão e da Praia Vermelha: 9h30.  
Necessário esquema vacinal contra Covid completo.  
Recomenda-se o uso de máscara.

**Garden Party – na Estrada do Cafundá,  
2162 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro – RJ.**

**Sintufrrj**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Gestão 2022-2025



A Rádio Sintufrrj – no ar em fase preliminar na Internet –, a partir desta semana, vai trazer chamadas para as edições semanais do Jornal do Sintufrrj, destacando as principais matérias. A emissora pode ser acionada no endereço [www.sintufrrj.org.br](http://www.sintufrrj.org.br).



As mulheres da direção do Sintufrrj se reuniram na tarde de sexta-feira, 25 de novembro, Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, para organizar a retomada do GT Mulher e as discussões a respeito do Encontro Nacional de Mulheres da Fasubra, que será promovido pela Federação no primeiro semestre de 2023. Foi encaminhada a data de 12 de dezembro, às 14h, para reunião de retomada do GT Mulher. O objetivo é promover e ampliar com o conjunto de mulheres da categoria.

# RUMO A BRASÍLIA

## Assembleia aprova caravana para a posse de Lula

Em assembleia na manhã de quarta-feira, 23, servidores da UFRJ aprovaram, por unanimidade, o envio de uma caravana a Brasília para a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro.

A decisão foi tomada à luz da conjuntura, que ganha ruídos com a ação golpista de Bolsonaro e com a tentativa da extrema direita de melar a eleição que consagrou um candidato do campo progressista em 30 de outubro.

A assembleia também aprovou a proposta de inserção do debate

da carreira como prioridade na pauta que será negociada com o Ministério da Educação (MEC) no novo governo.

Outra proposta também votada e aprovada pelos trabalhadores defende o não pagamento da dívida pública para que recursos sejam investidos em educação.

**Reunião também definiu delegação que representará o sindicato na plenária da Fasubra no início de dezembro**

### DELEGADOS

As três propostas foram apresentadas em bloco na assembleia convocada para discutir conjuntura, a posição do Sintufrj em relação à nova versão do Viva UFRJ (leia matéria acerca do assunto no site) e a eleição de delegados à plenária da Fasubra que será realizada entre os dias 8 e 10 de dezembro.

A delegação foi constituída proporcionalmente à votação das três chapas que disputaram as sete vagas que serão ocupadas pelo Sintufrj: a chapa Sintufrj de Luta para Categoria, que reúne as for-



Foto: Elisângela Leite

**ASSEMBLEIA** aprovou várias deliberações na quarta-feira, 23

ças políticas que comandam o sindicato, obteve 35 votos e teve direito à indicação de 5 delegados. As chapas Resignificar, com 12 votos, e Oposição na Fasubra, 6 votos, tiveram direito a indicação de 1 delegado cada.

Essa plenária – que também vai definir o calendário de lutas e o congresso da Federação – tem importância estratégica diante dos desafios do próximo ano no quadro de mudanças políticas substantivas.

## Fasubra divulga texto sobre conjuntura

Fasubra publicou texto com balizadores de atuação para a conjuntura que irá se abrir com a posse do novo governo. O documento antecede a plenária da Federação, que no início de dezembro irá reunir representantes de sindicatos da categoria de todo o país.

No texto, a Fasubra destaca a retomada do debate da pauta específica dos técnicos-administrativos em educação, a abertura da mesa de negociação e o reforço do protagonismo nas ruas como pontos centrais

para o próximo período.

Estes pontos e a conjuntura nacional e internacional estarão em discussão na Plenária Geral Nacional dias 8, 9 e 10 de dezembro, que será realizada de forma presencial, em Brasília.

### PEC 32 FORA

A vitória da frente ampla, encabeçada por Lula, em 30 de outubro, foi histórica e muito expressiva, considerando o uso abusivo da máquina estatal, por Bolsonaro, através de meios desleais e ilegais para tentar vencer o pleito, sem ob-

ter o sucesso esperado, avalia a Fasubra.

Serão necessárias a apuração desses fatos e a punição dos crimes eleitorais cometidos por Bolsonaro e seus seguidores, sustenta a Fasubra.

Os servidores públicos têm muita força. A prova disso foi a vitória imposta sobre a PEC 32, a proposta de Reforma Administrativa de Guedes/Bolsonaro que destrói os serviços públicos, que não será avaliada nesta Legislatura e contra a qual, diz o documento, “nos manteremos vigilantes, até



Foto: Divulgação

**SERVIDORES** com relatores do Orçamento em Brasília

a certeza do seu arquivamento definitivo”.

Essa vitória, segundo a Fasubra, demonstra a capacidade de mobilização deste setor. O texto

recomenda: Agora é o momento de reforçar a mobilização da base da Federação para os próximos embates e disputas que virão.

# Servidores de olho no orçamento

## Trabalhadores se mobilizam em busca da reposição salarial após anos de congelamento

A Fasubra e as demais entidades que compõem o Fonasefe – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – reuniram-se com a assessoria do relator do Projeto de Lei Orçamentária para 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI). No encontro foi tratada a reserva de recursos para a reposição salarial das servidoras e servidores públicos.

O assessor do relator do Orçamento, Renato Melo, informou que na proposta orçamentária enviada ao Congresso não há recursos previstos para o reajuste dos servi-

dores. Melo, entretanto, comentou que a aprovação da PEC da Transição abre uma possibilidade para que haja resíduos. Esses recursos seriam negociados para o reajuste esperado.

“Então, estamos tentando uma brecha para conseguir algum percentual. Conforme disse Melo, a intenção é criar essa reserva orçamentária ainda neste mandato e aí os recursos poderiam ser usados para o reajuste emergencial. Ele destacou, ainda, que o menor salário dos três poderes é o do Executivo e que há uma possibili-

dade de um resíduo de R\$ 105 milhões, podendo dar um sinal verde ao senador Marcelo Castro”, relatou o dirigente do Sintufrj e da Fasubra, Nivaldo Holmes, que participou da reunião.

Nivaldo disse também que a Fasubra solicitou a revogação de emendas e instruções normativas aplicadas pelo governo Bolsonaro. “A Fasubra está a todo momento com a Equipe de Transição para reivindicar ações para os servidores, inclusive para a educação.”

“O 'revogaço' é uma de nossas prioridades. A

Federação solicitou também a retirada do Decreto 10.620, que transferiu a gestão das aposentadorias e pensões dos servidores das autarquias federais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Para nós, isso é muito importante, porque atinge vários aposentados e atingirá também os futuros. Antes o decreto era só para os aposentados, mas depois o governo Bolsonaro decidiu transferir todos, aposentados e ativos”, afirmou Nivaldo.

A pauta oficial de reivindicações dos servidores será entregue em

janeiro para o novo governo. As entidades encaminharam à Comissão de Transição do governo eleito algumas questões mais imediatas, como:

■ *Reajuste emergencial linear com o índice da inflação acumulada nos quatro anos do governo Bolsonaro (recursos na LOA de 2023);*

■ *Arquivamento da PEC 32 – Reforma Administrativa;*

■ *Revogação da Emenda Constitucional (EC) 103/2019;*

■ *Revogação da EC 95/2016 – Teto dos Gastos.*

## Gabinete de Transição na UFRJ



Foto: Elisângela Leite

**POSTO AVANÇADO.** Grupo se reuniu com cientistas e representantes de movimentos

Reunião ampliada na Coppe, na última sexta-feira, 25, reuniu a Coordenação do Grupo

Temático de Ciência, Tecnologia e Inovação do Gabinete de Transição do governo Lula/

Alckmin e entidades científicas e acadêmicas, movimentos sociais, entidades empresariais,

servidores, gestores de CTI e representação parlamentar. A direção do Sintufrj foi representada pela coordenadora-geral Marta Batista.

A dirigente do Sintufrj colocou que a valorização da carreira e do incentivo à qualificação dos técnicos-administrativos é uma das prioridades do movimento e que deve estar na ordem do dia da Equipe de Transição. Marta defendeu a revogação da Emenda Constitucional 95, a do Teto de Gastos, a recomposição orçamentária das universidades e a reposição de pessoal.

“Precisa ser um com-

promisso de todos a luta pelo “revogaço”. Não vamos conseguir reconstruir o Brasil com a existência da Emenda Constitucional 95. A recomposição orçamentária é urgente. Pois não conseguiremos reconstruir a ciência, tecnologia, educação sem dinheiro e sem pessoas. De acordo com dados do próprio MEC, temos um déficit no país de 11 mil professores e técnicos-administrativos das universidades federais. Desse profissionais, 7 mil são técnicos-administrativos. Por isso, avaliamos que a equipe deve iniciar atacando esse problema”, observou Marta.

# UFRJ NÃO ESTÁ À VENDA

Ação unitária de entidades vai questionar na Justiça projeto que privatiza áreas da Praia Vermelha

O Sintufjrj foi autorizado pelos servidores na assembleia geral de quarta-feira, 23, a tomar “iniciativas jurídicas unitariamente com outras entidades contra o Viva UFRJ e seu encaminhamento pela Reitoria, preservando a autonomia universitária”.

O tema foi um dos pontos da assembleia, que também autoriza o Sintufjrj a “seguir construindo, estimulando, apoiando todas as iniciativas para barrar o projeto” que privatiza áreas do campus da Praia Vermelha.

A construção de uma assembleia comunitária com poder de deliberação e que tenha como pauta única o projeto aprovado de forma autoritária na sessão do Conselho Universitário conduzida pela reitora Denise Pires também foi decidida pela assembleia geral.

As decisões foram antecedidas por uma explanação de uma das coordenadoras-gerais do Sintufjrj, Marta Batista. Ela relatou os atropelos a que a discussão foi submetida no Consuni, num processo liderado pela reitora, seu estafe e alguns conselheiros, que interditaram um processo normal de debate acerca de um assunto de importância substantiva para o futuro da universidade.

Marta também informou que o conselheiro Roberto Gambine apresentou recurso para que Comissão de Legislação e Normas examine a sessão do dia 17, devido a votação ter sido realizada fora do padrão no Consuni.

O movimento “UFRJ não está à venda” contra a privatização da UFRJ e pela democracia universitária ganhou fôlego nas últimas semanas. Além do Sintufjrj, envolve o DCE e entidades nacionais, como Fasubra e Andes, e parlamentares do PSOL.



Foto: Elisângela Leite

**QUESTIONAMENTO.** Assembleia discutiu o autoritarismo da Reitoria no projeto de privatização

## Consuni volta ao tema

Ainda sob reflexos da sessão anterior do Conselho Universitário, no dia 17, quando, em votação tumultuada, foi aprovada a cessão de 15 mil metros quadrados da Praia Vermelha para a iniciativa privada por 30 anos, a sessão remota de quinta-feira, 24, repercutiu o tema: houve mais críticas, um manifesto em favor da decisão e até uma moção crítica do Conselho de Extensão.

Logo no início do expediente, a professora Mônica Pereira, do CFCH, disse que se sentiu indignada pelo fato de não ter conseguido votar e que

lhe causou estranheza ver nas mídias e em alguns setores da UFRJ a informação de que houve 38 votos a favor, sem que os votos contrários e as abstenções tivessem sido considerados.

O decano do CFCH, Vantuil Pereira, relatou na sessão que não teve oportunidade de manifestar seu voto contrário e achou preocupante que vários ritos do regimento não tenham sido seguidos. Não foi possível fazer encaminhamentos, como o pedido de contagem de quórum ou de manifestação de voto nominal, porque o processo foi atropelado.

## Conselho de Extensão protesta

O Conselho de Extensão Universitária aprovou, em sessão dia 21, moção contra a falta de debate amplo sobre a decisão de concessão do terreno à iniciativa privada. A concessão inclui a área do Campo de Esportes Professor Ernesto Santos, conhecido como “Campinho da Praia Vermelha”, onde são realizadas inúmeras atividades de extensão.

No texto, o colegiado questiona que foram ignoradas contribuições de conselheiros, que pediram vista do processo, “os quais elaboraram pareceres críticos e consistentes contra a medida

de privatização, apontando medidas alternativas para o financiamento”.

O documento reitera a importância de debates nos colegiados superiores (CEG, CEPG e CEU), audiências públicas e plebiscitos sobre o “Projeto de Valorização do Patrimônio da UFRJ”, levando-se em conta o momento de transição para um governo que se comprometeu com a recomposição orçamentária da Educação. E a necessária revogação da Emenda Constitucional 95 (Teto dos Gastos), para ampliação da assistência estudantil, entre outras medidas.

# Sintufrj reabre GT-Antirracismo ao

O Mês da Consciência Negra foi celebrado pelo Sintufrj na terça-feira, 22, com rodas de conversas, feijoada e confraternização, e com o anúncio da reabertura do GT-Antirracismo da entidade. O evento reuniu no Espaço Cultural da categoria técnicos-administrativos com militância histórica contra o racismo na UFRJ, representante do DCE Mário Prata e convidados do projeto cultural Criolice.

“A retomada do GT racial do Sintufrj nos deixa, como direção, muito felizes, porque foi um compromisso nosso de campanha, portanto, é um compromisso da nossa gestão a reabertura desse espaço. Porque o racismo é um problema estrutural no nosso país e temos que estar comprometidos com a construção de pautas e de lutas antirracistas dentro da UFRJ e da sociedade como um todo, o ano todo, e não apenas

em novembro”, afirmou a coordenadora-geral da entidade Marta Batista, na abertura da celebração.

Ela propôs que o GT organize um calendário de reuniões para que aquele espaço seja o mais amplo possível de discussão e de luta da militância e da negritude na universidade. “Essa é a contribuição do sindicato à luta antirracista”, concluiu. Marta também integra a Comissão de Heteroidentificação da UFRJ.

O coordenador de Administração e Finanças Vander de Araújo complementou: “Pelo trabalho que construímos dentro da universidade de autoafirmação da mulher e do homem preto, esse resgate do GT-Antirracismo, para dar continuidade a essa luta na instituição, é fundamental”. O dirigente criou e coordena o projeto Criolice – movimento cultural nascido na Zona

Oeste que tem o samba como baluarte.

Na parte da manhã, o evento foi encerrado com um canto e dança coletiva “em homenagem às guerreiras e aos guerreiros dessa terra”, puxados pela indígena Carolina Potiguara, e com uma feijoada.

“Depois de quatro anos de retrocessos, retomar essa pauta do movimento negro tem que ser saudado”, elogiou Francisco de Assis, colaborador da direção sindical. “Significa resgatar a aproximação da categoria com o Sintufrj e a entidade a essas políticas, como a de mulheres e LGBTQIA+”, explicou.

“O Brasil foi forjado nas costas do povo negro e do povo indígena. Na UFRJ, a categoria que tem mais negro é a dos terceirizados, porque nós, negros, fomos empurrados para a pobreza. Tenho 10 anos de UFRJ e faço parte do Movimento Negro Evangélico, e estou

à disposição para agregar nesse trabalho do sindicato”, se apresentou o técnico-administrativo Hilem Moises, da Pró-

-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6).

“Estou há 20 anos na UFRJ e vim de uma permuta da universidade



**ATIVISTAS E CONVIDADOS** participaram do dia de atividades que marcou a homenagem do Sintufrj ao Dia da Consciência Negra, no Espaço Cultural da entidade. Uma feijoada no melhor estilo fez parte do evento, que teve como destaque a reabertura do GT-Antirracismo

## Instalação do GT Sintufrj

À tarde foi instalado o GT-Antirracista do Sintufrj através de uma dinâmica de palavras sobre as expectativas de cada participante da Roda de Conversa com a iniciativa do Sintufrj. O técnico-administrativo Hilem Rodrigues conduziu a atividade, que foi en-

cerrada embalada pelo canto *Yá Yá Maseмба*, na voz da cantora baiana Virgínia Rodrigues. Porque falar sobre o povo negro não envolve apenas sofrimento e dor, mas também magia.

### EXPECTATIVAS

“O sindicato, seja em qual-

quer gestão, tem obrigação de empreender qualquer ação que leve para a desconstrução do racismo e a valorização dos povos indígenas e negro de forma permanente”, avaliou o coordenador de Educação, Cultura e Formação Sindical do Sintufrj Edmilson Pereira.

“O trabalho terceirizado na UFRJ concentra 80% de negros e mulheres. Lutamos contra o preconceito e a discriminação desde 2015, quando fundamos a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ. Somos tratados como lixo. Acredito que esse GT veio para

somar na nossa luta”, afirmou a dirigente da Attufrj Waldinea Nascimento.

“Não podemos achar normal a discriminação por causa da cor”, observou a coordenadora de Comunicação Sindical do Sintufrj Marli Rodrigues.

“Precisamos agir, porque é uma necessidade

# celebrar o Mês da Consciência Negra

federal da Bahia, e digo que a solução para o racismo passa também pela cultura”, avaliou o técnico-administrativo,

também da PR-6, José Carlos.

“Sou do ex-território do Amapá, originária dos índios Tucujus, e so-

fro muito com a discriminação porque venho das matas”, queixou-se Sueli Maria Pereira Viana, da Coppe.

“A gente (negros e pardos) não se identifica com os participantes das manifestações antidemocráticas, que são brancos de olhos azuis e têm carros de 45 mil reais”, disse Eliezer Higino Pereira, da Macrobiologia.

“O racismo está em toda parte. É uma construção ideológica. No movimento estudantil, fizemos muitas reflexões sobre o tema. As cotas raciais é uma política pública de reparação que impacta, uma conquista da luta dos estudantes e dos movimentos sociais e sindical”, observou a dirigente do DCE, Jeovana Almeida.

“É muito importante que o Sintufjrj reative o GT-Antirracismo e se coloque parceiro na formulação política nesta pauta, onde a Câmara de Políticas Raciais, os Coletivos Negros Uni-

versitários, o coletivo de Docentes Negros e o Neabi (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) já ocupam espaços de discussão na academia e são efetivamente atores no controle social e administrativo das políticas públicas de democratização de acesso ao nível superior”, afirmou Denise Goés, coordenadora da Comissão de Heteroidentificação e da Câmara de Políticas Raciais da UFRJ.

“Há 40 anos atrás não tínhamos o negro na disputa do saber na instituição. Os negros existentes aqui eram escondidos dos espaços de saber. Por isso a importância desse GT do Sintufjrj. Não só para avançar nas nossas pautas de resistência, mas também para não

perdermos nada do que já foi conquistado. Esse Mês da Consciência Negra é o mais reflexivo de todos os tempos, porque, junto com nossas bandeiras de lutas históricas, temos que desconstruir o racismo institucional e a insurreição do racismo no nosso dia a dia”, pontuou Noemi Andrade, da Coordenação de Segurança da universidade e integrante da Comissão de Heteroidentificação.

“Junto com a Jupia-ra (técnica-administrativa da USP e ex-coordenadora da Fasubra), escrevemos o primeiro documento para que na Fasubra e nas suas entidades de base tivesse discussão antirracista”, informou Luciane Lacerda, psicóloga da UFRJ e militante antirracista.



Fotos: Elisângela Leite



combater o racismo. E estamos tomando uma atitude com a criação desse GT para enfrentar as adversidades e dificuldades que são colocadas para grupos como nós”, disse o pastor Júlio Costa, do Movimento Negro Evangélico e integrante da Associação dos Pós-

-Graduados da UFRJ.

“Ações como essa demonstram a importância do trabalho que é feito nas universidades federais, impulsionado pelos trabalhadores, porque essas instituições são resistência e geradoras de mudanças para o país”, declarou Cláudio da Sil-

va, do Movimento Negro do Rio Grande do Sul.

“Aprendi muito aqui nesta roda. E esse canto *Yá Yá Massemba* diz isso. Por isso, quero dedicá-lo a vocês. Porque, como diz a letra “vou levar esse aprendizado para ensinar meus camaradas”, disse Jonas Santana, do

projeto cultural Criolice.

Denise Goés propôs a realização de GTs itinerantes para a troca de experiências com outras universidades federais. Luciene Lacerda sugeriu que o Sintufjrj fizesse um censo racial na UFRJ. Noemi Andrade acrescentou que a luta antir-

racista hoje deve propor mudanças, tanto na política de Educação quanto na política de Estado.

A celebração do Mês da Consciência Negra do Sintufjrj terminou no fim da tarde com a apresentação do rapper Takap Salah e da Banda Clave Carioca com muito samba.



# Migração para previdência complementar – vantagens e desvantagens para uma decisão individual

\*Por Rudi Cassel  
(Assessoria jurídica do SINTUFRJ)

No dia 27 de outubro de 2022 foi publicada a Lei 14.463, de 2022, resultado da conversão da Medida Provisória nº 1.119, de 2022, que prevê a migração para a previdência complementar dos servidores federais que ingressaram no serviço público antes da correspondente instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC). No caso, antes de 4/2/2013 (para servidores do Executivo), antes de 7/5/2013 (para servidores do Legislativo) e antes de 14/10/2013 (para servidores do Judiciário e do MPU).

O texto foi aprovado com algumas melhorias acolhidas pela Câmara dos Deputados, especialmente os divisores usados no cálculo do benefício especial (BE), que passaram de 520 para: 455 (homens); 390 (mulheres); 390 (professor de ensino infantil e fundamental) e 325 (professora de ensino infantil e fundamental). Além disso, para melhorar a média do tempo de contribuição excedente ao teto do RGPS no cálculo do benefício especial, restabeleceu-se 80% das melhores contribuições, em vez de 100%. Isso vale para quem migrar até 30/11/2022, pois o texto prevê que em futuras reaberturas de prazo de migração será adotado o divisor de 520 (uniforme) e 100% do período.

Isso não significa que o servidor deva migrar, porque se trata de uma decisão pessoal que, em qualquer hipótese, deve ser precedida pela simulação junto ao órgão público e à Funpresp, para verificar se, de fato, compensa abandonar o RPPS sem teto no RGPS para incluir no benefício limitado o benefício especial (uma compensação pelas contribuições excedentes do passado) e a adesão à Funpresp (com benefício complementar). Ao migrar, o servidor terá seu benefício

do RPPS limitado ao teto de benefício do RGPS e o benefício especial será custeado pela União.

A opção pela migração para a previdência complementar é uma etapa. A segunda é decidir se adere ou não ao plano de benefícios da Fundação de Previdência Complementar (FUNPRESP). Para decidir sobre a migração, o primeiro passo é obter a estimativa do valor do benefício especial junto ao seu órgão de gestão de pessoal para usar o valor estimado no simulador do site da FUNPRESP. Abaixo, indicamos os links para os simuladores de cada fundação.

Vale observar que a opção de migração é irrevogável e irreatável. O servidor perde a paridade remuneratória com os servidores em atividade e será submetido ao teto de benefícios do RGPS (administrado pelo INSS). Não é uma decisão que possa ser terceirizada, mas é certo que não há interesse em migrar para quem empata ou receberá menos do que receberia nas regras de aposentadoria sem o teto do RGPS.

A migração para o regime complementar não sig-

nifica adesão à Funpresp, são atos diferentes. O servidor primeiro migra, depois decide se adere ou não ao plano de benefícios da fundação. Para essa decisão, é igualmente importante simular como e quando teria benefício digno pela Funpresp, ciente de que se trata de uma estimativa, não uma certeza, considerando que a previdência complementar obedece a um sistema de contribuição definida (diferente do sistema de benefício definido, como ocorre no RPPS e no RGPS).

Ou seja: o valor do benefício complementar estimado dependerá de variáveis como (i) o retorno da carteira de investimentos no mercado financeiro, (ii) a taxa de administração, (iii) a taxa do fundo reserva para cobertura de benefícios extraordinários, como pensão por morte e invalidez, (iv) a taxa de carregamento. Para além de compreender o significado de cada variável, importa saber quanto reduzem cada real remetido à Funpresp, porque impactarão na análise de investimento e resultados esperados.

Por outro lado, o temor

de que o RPPS não sobreviva não deve ser fundamental para a decisão migrar, por várias razões. Primeiro, porque o Governos têm estimulado esse terrorismo junto ao RPPS para forçar migrações em massa, sendo que a insegurança também existe na previdência complementar. Os regimes de repartição simples (RPPS e RGPS) não visam lucro e, apesar dos ciclos e mitos econômicos sobre sua viabilidade, são a única via segura para benefícios dignos. Segundo, porque a seguridade social é fundamental à coesão social e duas guerras mundiais mostraram o que ocorre quando há influxo na proteção social. Terceiro, porque o medo de novas reformas no RPPS também se dirige ao regime complementar, a exemplo do aumento de idade e tempo de contribuição da última reforma da previdência (EC 103/2019). Logo, ainda que se trate de ato jurídico perfeito, a eventual mudança de requisitos para definição de quando poderá se aposentar pode atingir também o Regime de Previdência Complementar.

De qualquer forma, o mais importante é o servidor fazer a simulação do seu benefício especial junto ao órgão de gestão de pessoas, para saber qual seria o valor desse benefício especial, mais o teto de benefício do RGPS. Como a migração só interessa a quem entrou antes do funcionamento da previdência complementar, ou seja, antes de 2013, a maioria só tem interesse em migrar quando não depende do benefício da FUNPRESP. Isso significa que o benefício do RPPS + Benefício Especial precisa resultar em valor maior do que a aposentadoria a que teria direito sem migrar.

E se o servidor não gosta de insegurança e defende um Regime Próprio de Previdência forte, o melhor é não migrar e ficar como está (a migração não é obrigatória).

Leia mais

Migração para previdência complementar e MP 1119/2022 (PLV 24/2022) - Senado aprova redação com as melhorias aprovadas na Câmara - Servidor Legal (blogservidorlegal.com.br)

Para simuladores da Funpresp-EXE e Funpresp-LEG: <https://www.funpresp.com.br/migracao-do-rpps-para-o-rpc/perguntas-frequentes-sobre-migracao-de-regime/>

\*Rudi Cassel, Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, especializado em Direito do Servidor Público

Seguindo a orientação do escritório jurídico e os debates acumulados no movimento sindical de servidores públicos federais, com posição clara da Fasubra em contrariedade, a direção do Sintufrj recomenda NÃO aderir à migração.

**LIVE**

**28**  
NOVEMBRO  
SEGUNDA-FEIRA  
9H30

**f SintufrjOficial**

**DÚVIDAS SOBRE A  
MIGRAÇÃO PREVIDENCIÁRIA  
COM ESCRITÓRIO JURÍDICO  
RUDI CASSEL**

**Sintufrj**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Gestão 2022-2025